VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: A PERCEPÇÃO QUE AS VÍTIMAS TÊM DE SEU PARCEIRO, DO RELACIONAMENTO MANTIDO E DAS CAUSAS DA VIOLÊNCIA

Mirian Botelho Sagim¹, Zélia Maria Biasoli-Alves², Vanessa Delfino³, Fabiola Perri Vanturini⁴

RESUMO: Atualmente a violência apresenta grande visibilidade, sendo um assunto que interessa a pesquisadores das mais diversas áreas, tendo como objetivo principal identificar suas causas, fatores relacionados e conseqüências, de tal modo a poder estabelecer programas adequados de intervenção. Esta pesquisa, realizada através da análise de documentos, teve por objetivo estudar o conteúdo de Boletins de Ocorrência e Termos Circunstanciados de Ocorrência, do ano de 2000, dos arquivos da Delegacia de Defesa da Mulher de Goiás, visando descrever os tipos de violência doméstica contra a mulher registrados, o relacionamento dos casais e características do agressor. Os resultados indicam um total de 210 denúncias de violência física e ameaças, levadas a efeito pelas próprias mulheres, a maioria casada, com filhos e com trabalho remunerado; segundo sua descrição o companheiro é violento e rude e a agride por ciúme e quando bebe. Discute-se tanto a percepção que as mulheres têm da violência sofrida quanto de suas causas e motivos para não dar seqüência ao processo.

DESCRITORES: Violência doméstica; Motivos; Relações familiares; Homem; Mulher.

DOMESTIC VIOLENCE: THE PERCEPTION THAT THE VICTMS HAVE OF THEIR PARTNER, THEIR RELATIONSHIP AND THE VIOLENCE CAUSES

ABSTRACT: Nowadays violence presents high visibility, and it is a subject that interests researchers from different areas whose aim is to understand its causes, related factors and consequences so that it can be possible to implement adequate intervention programs. The present research held through document review, objectified to analyze document contents (Police Reports) from Female Defense Police Station (Goias State/ Brazil) - where domestic assault complaints are filed - in 2000. It aimed to describe the types of domestic assault against women, couples' relationship and abusers' characteristics. The results show an amount of 210 complaints of abuse, made by women, almost all of them married, with children, and working outside home; in accordance with their description, the partner is violent and rude and his aggression is caused by jealousy or alcoholism. It is discussed not only women's perception on the assault they suffered but also its causes and their reasons why they do not forward a lawsuit.

DESCRIPTORS: Domestic assault; Reasons; Family relationship; Man; Woman

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: LA PERCEPCIÓN QUE LAS VÍCTIMAS TIENEN DE SU PAREJA, DE LA RELACIÓN MANTENIDA Y LAS CAUSAS DE LA VIOLENCIA

RESUMO: Actualmente, la violencia presenta gran visibilidad, siendo un tema que interesa a investigadores de las más diversas áreas, los cuales tienen como objetivo principal identificar sus causas, factores relacionados y consecuencias, a fin de poder establecer programas adecuados de intervención. Esta investigación, realizadapor medio de la análisis de documentos, tuvo por objetivo estudiar el contenido de "Boletines de Ocurrencia" y "Términos Circunstanciados de Ocurrencia", del año de 2000, de los archivos de la Delegación de Defensa de la Mujer de Goiás, para describir los tipos de violencia doméstica contra la mujer registrados, la relación de las parejas y características del agresor. Los resultados apuntan un total de 210 denuncias de violencia física y amenazas, llevadas a efecto por las propias mujeres, la mayoría casada, con hijos e con trabajo remunerado. Según la descripción de esas mujeres el compañero es violento y rudo y la agrede por celos y cuando bebe. Se discute tanto la percepción que las mujeres tienen de la violencia sofrida cuanto de sus causas y motivos para no dar secuencia al proceso.

DESCRIPTORES: Violencia Doméstica; Motivos; Relaciones familiares; Hombre; Mujer.

Autor correspondente: Zelia Maria Mendes Biasoli-Alves Av. Bandeirantes, 3900 – 14040-901 – Ribeirao Preto-SP

Av. Bandeirantes, 3900 – 14040-901 – Ribeirao Preto-SP

Recebido em: 20/11/05

E-mail: zmmalves@ffcIrpusp.br

Recebido em: 09/10/06

Cogitare Enferm 2007 jan/mar; 12(1):30-6

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Departamento de Psicologia e Educação, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo – USP.

² Professora Titular do Departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP.

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Departamento de Psicologia e Educação, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP.

⁴ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Departamento de Psicologia e Educação, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP.

INTRODUÇÃO

As transformações que têm ocorrido na dinâmica das relações familiares, referentes aos vínculos conjugais, como também as novas formas e padrões de comportamento e relacionamento existentes entre pessoas de ambos os sexos acham-se ligadas a mudanças amplas e rápidas na sociedade, determinadas por macro variáveis.

Por outro lado, a análise dessas alterações evidencia que ora há avanços, ora há retrocessos, ou um marcar passo sem conseguir encontrar formas adequadas de lidar com problemas do dia a dia, sendo a violência um deles; trata-se de fenômeno presente em todas as épocas na história da humanidade, aparecendo com maior ou menor intensidade em períodos diferentes, mas presente em todas as culturas, etnias, classes sociais, organizações econômicas e políticas.

Nesta perspectiva, pensar que no âmbito do lar a mulher muitas vezes se encontra exposta ou à mercê de um companheiro com comportamento agressivo é algo que contraria as expectativas de uma dinâmica familiar idealizada pelas pessoas. O lar se constitui em um espaço no qual a família acredita ter segurança e até o considera como sagrado, supondo-se que no casamento homens e mulheres devem encontrar não só a satisfação sexual, mas também compreensão mútua de suas necessidades afetivas, em patamar de igualdade e troca, de direitos, deveres e cumplicidades. Contudo, cada vez mais observamos que este ambiente que deveria ser o lugar, por excelência, da trangüilidade, contém uma infinidade de tipos de agressões, sejam elas dirigidas à mulher, às crianças ou aos adolescentes.

Nos dias atuais, a violência vem apresentando grande visibilidade, seja por haver interesse em denunciá-la ou pelo fato de que se encontra exacerbada entre os mais diversos grupos sociais, ou ainda porque se mostra gratuita. Faz-se necessário a consciência de que sua presença significa confronto direto com os direitos da pessoa, uma vez que suas conseqüências são: opressão, pânico, medo, insegurança, sensação de abandono, depressão, implicando em tortura psicológica, humilhação e perda da liberdade, quando não, da vida⁽¹⁾.

Por outro lado, ao dirigir a atenção para este tipo específico de violência, a doméstica, depara-se com a grande complexidade do tema, porque diz respeito ao mesmo tempo a algo que acontece no espaço do privado, restrito às pessoas que dele fazem parte, mas que tem todo um entrelaçamento com o social.

Assim, de um lado se encontra a família, uma instituição que sofre mudanças constantemente, a começar pela quantidade de membros em sua composição, pelos papéis atribuídos ao homem e à mulher, aos adultos e às crianças, que se constitui em um tipo de agrupamento estável através das sociedades e dos tempos, fundado na responsabilidade pelo cuidado e educação das gerações mais novas. Por outro lado, a sociedade que interfere e que é chamada a oferecer subsídios para que a situação de violência termine⁽²⁻⁶⁾. Neste sentido evidencia-se a necessidade de respeito à privacidade de cada um, segundo o princípio de não tornar público o que acontece dentro de casa, para não expor a imagem da instituição familiar, que deve permanecer intocada⁽⁷⁾. Mas, também há a urgência para que terceiros interfiram e façam cessar um comportamento prejudicial e que significa desrespeito aos direitos humanos.

Deste modo, para investigar a questão da violência é preciso antes ter claro este conceito e qual a perspectiva que será adotada para o seu enfrentamento, pois épocas e culturas diferentes adotam padrões de conduta diversos e possuem códigos morais próprios.

Encontramos três enfoques para se referir ao conceito de violência: a qualidade do que é violento, o ato violento em si e o ato de violentar. Portanto, são modos diversos de se visualizar esse tema. Contudo, adotando significado mais geral do termo, pode-se dizer que se trata de ação que evidencia brutalidade, abuso, agressão, constrangimento e desrespeito para com outra pessoa. Esta definição se aplica a todos os casos, inclusive àqueles em a mulher é o objeto da violência, que é praticada no âmbito doméstico e, em que as literaturas mostram que isso ocorre com bastante freqüência, não evidenciando diferenças em funcão de camadas sociais⁽⁸⁾.

A situação de violência doméstica contra a mulher implica, em ação agressiva, dirigida, física, sexual ou verbal⁽⁹⁾, tendo como componente adicional a freqüência de sua ocorrência. Nestas situações é comum trazer implícita a idéia de diferença existente entre o homem e a mulher, que o coloca como detentor de maior liberdade e legitimidade para agredir e a ela como quem deve se submeter.

Neste sentido se está diante de uma contradição, em que de um lado existe o imaginário social que vê

o lar como um lugar seguro, tranquilo onde o ser humano inicia seu desenvolvimento, forma suas primeiras relações afetivas, assimila modelos, pode se sentir à vontade e bem protegido. De outro lado, a realidade mostra as diferentes formas de violência que ocorre no âmbito familiar. Esta contradição pode ser um dos maiores motivos para a dificuldade de reagir quando em uma família a violência se faz presente.

Dados da literatura mostram que a mulher raramente se defende, sendo mais comum se calar diante da violência sofrida, encarando-a como parte do seu destino, razão porque nos dias atuais tem-se a compreensão de que ela necessita de ajuda e apoio para conseguir enfrentar e/ou sair de uma relação violenta.

Ao discutir esse tema, alguns autores⁽¹⁰⁾ afirmam que existe, entre vítimas de violência doméstica, tendência a se sentirem envergonhadas e culpadas pela situação, adotando atitude de silêncio e o assunto é sistematicamente evitado. Entre as mulheres das classes economicamente menos privilegiadas, parece ser maior a gravidade do quadro, porque além da ocultação existe a falta de recursos para procurar algum tipo de saída, verificando-se manutenção da violência por um tempo extremamente longo.

Dadas essas constatações, essa pesquisa teve por objetivos: analisar aspectos vinculados às situações em que houve queixa, por parte da mulher, em Delegacia Especializada, de violências sofridas, sobretudo a física, definida como Lesão Corporal no artigo 129 do Código Penal, e de ameaças. Conhecer a percepção da mulher vítima de violência das causas do comportamento agressivo de seu parceiro, verificando como ela o descreve. Identificar o perfil do homem que comete violência contra sua esposa ou companheira, como características de temperamento e comportamento. Identificar o perfil desta mulher vítima de violência do parceiro, sua visão a respeito do relacionamento com ele e as motivações para a interrupção do processo de denúncia.

MÉTODO

Para levar a efeito esta pesquisa, o primeiro passo consistiu em estabelecer um contato na Delegacia Especializada - Goiânia-GO, apresentando o projeto para a Delegada titular, e pedindo-lhe autorização para ter acesso aos arquivos, uma vez que o objetivo compreendia fazer um levantamento do que

havia sido registrado⁽²⁾. A seguir, definiu-se um período específico para ser pesquisado, tendo-se optado pelo ano de 2000, pois a Delegacia já funcionava desde 1985⁽³⁾.

O procedimento de coleta e preparo de dados para análise envolveu cinco fases: A primeira caracterizou-se por fazer a distinção entre Boletim de Ocorrência (BO) e Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO), para estabelecer qual seria utilizado. Optou-se pelo segundo que se define por ser um documento que contém a declaração da vítima, todas suas respostas às questões feitas pela Delegada ao entrevistá-la, possuindo, além disso, força jurídica para gerar um processo, enquanto que o BO é o relato mais simplificado, feito na hora em que a mulher é atendida para fazer sua queixa, podendo não gerar continuidade.

Todos os cuidados com os procedimentos éticos foram tomados na coleta dos dados, tanto da mulher (vítima), como do homem (agressor), no sentido de não mencionar seus nomes ou qualquer outra informação capaz de levar a sua identificação.

O passo seguinte se consistiu em estudar uma amostra de TCOs a fim de identificar quais os tipos de informações que dele faziam parte, gerando a seguir um protocolo que permitisse o registro de todos os dados considerados relevantes em face dos objetivos da pesquisa. O terceiro constou da computação das informações de cada um dos TCOs do ano de 2000, previamente selecionados por se referirem à violência doméstica. O quarto passo implicou em renomear cada TCO selecionado, de forma a que se pudesse fazer referência a ele sempre do mesmo modo. O último passo se consistiu em categorizar as falas contidas nos depoimentos das mulheres, no momento da queixa, referentes a: características da amostra, como a vítima vê o autor, como o autor vê a vítima, qual a agressão sofrida, qual o motivo da agressão, qual a arma utilizada na agressão, quantas vezes foi agredida antes, se já denunciou antes e por que.

RESULTADOS

De posse da computação das informações dos TCOs, criou-se um banco de dados, gerando-se as primeiras tabelas, e a seguir esses dados foram submetidos a análises e a cruzamentos.

Os resultados evidenciam que são 210 os casos de mulheres vítimas de violência doméstica, registrados durante o ano de 2000, na Delegacia de

Defesa da Mulher de Goiânia, de um total de 1610 registros.

Quanto às características desse grupo verificouse que são mulheres que possuem entre 15 e 60 anos, sendo 41,7% legalmente casadas e que foram vítimas de lesão corporal. Em 71,2% dos casos elas têm filhos com o agressor e 40% são do lar e 60% exercem atividades remuneradas, empregada doméstica, funcionária pública, técnico em enfermagem, técnico de laboratório, auxiliar de enfermagem, policial militar e civil. O número de filhos varia de 1 a 6, mas prevalecem as quantidades menores; 1 filho = 39,86%, 2 filhos = 32,65%, 3 filhos = 14,43%. A idade variou de meses a 30 anos, sendo que a maior porcentagem, 34,10% encontrava-se na faixa de meses a 5 anos.

Quanto ao tempo de união, os resultados mostram grande variação, de menos de um ano a 43 anos. Há predominância dos tempos menores, de 0 a 3 anos = 29,51%, seguida do segundo 4 a 7 anos = 20,50%. Em relação às características do agressor, são homens de 16 a 65 anos, com a profissão predominante no ramo da construção civil e a maioria tem como escolaridade o ensino fundamental incompleto.

Em relação às agressões, elas tendem a ocorrer em 85,7% dos casos na casa da vítima e o mais comum é acontecer entre 20:00 e 23:00 horas. Em 84% dos casos a denúncia foi feita pela própria mulher e 75% das vítimas foram encaminhada para atendimento médico. Para 90,24%, o estado geral das mulheres que denunciaram a violência foi considerado bom, mesmo que tenham sido encaminhadas para atendimento médico, apresentando algumas escorioses, equimoses e hematomas. Em 82,84% dos casos não houve qualquer prescrição de remédios ou tratamentos. Constatou-se grande variação nas regiões do corpo da vítima, sendo que na maioria das vezes a agressão é generalizada, chamando atenção contudo que a cabeça é um alvo visado, 70,71%. Independentemente de ser o único ou de fazer parte de um conjunto. Na maioria das agressões a arma utilizada pelo agressor foi seu próprio corpo, com socos, pontapés e murros em 73% dos casos.

Em 82,5% dos casos, as mulheres possuem visão negativa do relacionamento com o parceiro, caracterizando-o como ruim, conflituoso, apenas 3,25% dizem que vivem bem e 4,75% o classificam como não harmonioso. Em 37% dos casos o parceiro também é descrito de forma negativa, sendo a ele atribuídas as características de bruto, violento, ignorante e agressivo. No relato apresentado pelas

mulheres, os parceiros freqüentemente as depreciam nos momentos de briga e discussão e consideram que elas estão sempre agindo errado e que eles devem corrigi-las.

Os principais motivos da violência, segundo as mulheres, são devido ao consumo de bebida alcoólica e o ciúme, sendo que 29,36% das agressões são em decorrência da bebida e 11,70% de ciúme. Em relação à freqüência das agressões e das denúncias, tem-se que em 90% dos casos a mulher foi agredida várias vezes antes de denunciar. O fato de não ter tomado esta atitude antes, para 50% delas, foi devido ao medo do agressor.

As porcentagens tanto para o desejo de separação conjugal quanto para a continuidade do processo da denúncia o qual pode levar o parceiro a ser preso, giram em torno de 2 a 3%.

DISCUSSÃO

O primeiro ponto a ser assinalado é que se tem uma porcentagem relativamente alta de violência doméstica contra a mulher e de acordo com os dados obtidos, fica evidente que ela ocorre em situações de famílias constituídas ou reconstituídas, em que existe inclusive filhos com o atual parceiro.

Outro dado que chama atenção é a grande variabilidade de idade das mulheres, dos agressores e do tempo de relacionamento do casal. Mesmo tendo certa concentração das porcentagens nos tempos menores de união e, conseqüentemente, em homens e mulheres mais novos, o que se pode afirmar é que a violência doméstica passa por todas as idades e duração dos relacionamentos, ou está presente no seu cotidiano há muito tempo.

Juntando-se esses dados aos fatos descritos pelas mulheres, é provável que elas denunciem só depois de terem sido agredidas várias vezes e ainda que elas refaçam essa denúncia de tempos em tempos, parecendo instalar-se uma situação que poderia ser denominada crônica.

Os resultados obtidos mostram ainda que a vítima percebe tanto seu relacionamento com o marido/companheiro, quanto às atitudes e os comportamentos dele, bem como a forma de se dirigir a ela e a visão desabonadora que ele manifesta a seu respeito, como pontos negativos e ligados à violência a que é submetida. Esses dados chamam atenção, pois parece que se tem, na maior parte do tempo, uma 'prédisposição' para o desentendimento e, no caso do

homem, a justificativa para ser violento, uma vez que ele se coloca no papel de educador de uma pessoa que está o tempo todo fazendo algo errado. Desde modo, precisa ser punida para que aprenda o certo, ou seja, é tarefa dele por ordem na situação.

Por outro lado⁽¹¹⁾, ao longo do tempo, parece também que pode ter sido construído um processo de 'relacionamento violento', em que as duas partes ficam envolvidas em condutas que não favorecem o cessar das agressões, pelo contrário coloca-as em um crescendo. Contudo, há que se considerar que cada uma reage de um modo particular, pois se de um lado há pesquisas mostrando que também a mulher pode acabar adotando um padrão de violência frente ao seu companheiro⁽¹²⁾. De outro, existem aquelas que, mesmo não estando satisfeitas com o tipo de vida que levam, mal esboçam atos de defesa ou apresentam pequenas tentativas de reação ou ainda escondem inteiramente que estão sofrendo atos de agressão.

Quanto aos motivos pelos quais as mulheres não apresentam um padrão de enfrentamento direto nas situações de violência, ou deixam de recorrer às instituições que as apoiariam, podem ser diversificados. Em especial, tem-se a maneira como foram socializadas, que as ensinou que é vergonhoso contar e reivindicar, e que a atitude mais louvável é calar-se e assumir seu sofrimento, levando-as a acostumarem-se a nada dizer das atitudes inadequadas do companheiro. Pode passar também pelas questões sociais e financeiras que, até meados da segunda metade do século XX, mantinham a maioria das mulheres sem condições de enfrentar uma separação.

Salienta-se que existem grandes diferenças no processo de educação do menino e da menina em que os objetivos pretendidos pelos pais desde a primeira infância são diversos e levam à assimilação de modelos masculinos e femininos, em alguns casos, inteiramente opostos, o homem manda, a mulher obedece⁽⁴⁾.

Outro aspecto a ser considerado, diz respeito à alta porcentagem das mulheres vítimas de violência doméstica deste estudo, terem um trabalho fora do ambiente doméstico, recebendo remuneração e portanto tendo a possibilidade de independência financeira, total ou parcial. São 60% que têm um emprego e recebem salário e assim, poderiam ter condições de se manter e a seus filhos.

De certa forma, este tipo de dado põe à prova uma interpretação que costumava estar presente nos casos de manutenção do relacionamento da mulher que sofria violência doméstica com o seu agressor. Esse fato era decorrente da dependência financeira tinha em relação ao homem pela ausência de escolha em que continuava com o companheiro ou poderia ficar desamparada e até na miséria absoluta. Portanto, tem-se agora novas perguntas: o que realmente leva essa mulher a continuar na situação de violência quando poderia dela sair? Seria o caso dessa mulher ter uma dependência emocional de seu companheiro, e que por este motivo não se separaria em definitivo dele⁽¹⁰⁾?

Além do fato de que na literatura⁽¹³⁾ há estudos indicando que a violência doméstica possui causas muito mais profundas do que às vezes se admite, a afirmação de que existe ambigüidade no comportamento feminino parece mais vinculada a interpretação de quais seriam os reais objetivos das mulheres ao fazerem a denúncia de seu marido/companheiro. Existem indícios de que seriam levadas à delegacia não tanto por querer um tipo de condenação que o afastaria delas inteiramente, mesmo que por um tempo determinado, mas sim a expectativa de encontrar no apoio externo uma forma de levá-lo ao controle de seu comportamento agressivo. Deste modo, esperam que possa ocorrer uma transformação de atitudes por ele manifestas. Elas parecem inicialmente relutar em fazer a denúncia, acreditando que seus maridos vão mudar de comportamento, e, quando as agressões se repetem, tomam a decisão de buscar a Delegacia de Defesa da Mulher - DDM para registrar a queixa. Contudo, isto não quer dizer que haverá continuidade do processo, porque é comum a mulher desistir de culpabilizar seu companheiro⁽⁹⁾.

Também, parece que em certos casos de violência doméstica contra a mulher, verificam-se situações em que, para a sua auto-imagem, é preferível ter um companheiro, mesmo que ele a agrida, porque ele até tem ciúmes dela e briga por causa disto, do que, ao contrário, ficar sozinha e enfrentar dificuldades para arrumar um outro parceiro, e mais ainda, que tenha para com ela um comportamento de respeito.

E o fato de que ele, mesmo expressando uma visão desabonadora sobre ela, nega a separação, e faz mais ameaças. Isso ainda seria melhor do que seu comportamento rude e violento.

Na alegação de que o motivo para o ato de violência é o ciúme do agressor, nas suas conotações diversas, que vão desde a que coloca a mulher como um objeto sobre o qual o homem tem inteiro poder, 'é dele', e ninguém mais pode dela se aproximar. Passa também pela conotação, de que ela tem a sua liberdade cortada,

mas chega naquela, que sinaliza sua importância para o marido/companheiro, que não a quer dividir com ninguém, podendo ser entendida como sinônimo de sua valorização.

Todas essas possibilidades de interpretação não excluem a necessidade de que seja dada continuidade às investigações a respeito desse tema, que analisem em profundidade a questão, em seus mais variados ângulos. O presente estudo aponta para a importância de outras pesquisas baseadas em indagação direta com mulheres vítimas de violência doméstica, tanto com as que denunciaram quanto com aquelas que se mantiveram caladas, dando conhecimento dos fatos a um número limitado de pessoas. Por estas razões, é que se assinala, como um dos problemas que a DDM enfrenta, a compreensão de quais são os reais motivos que levam à denúncia, e posteriormente investigar o que gera a sua retirada⁽¹⁴⁻¹⁶⁾.

É fato que o movimento das mulheres contra a violência doméstica nas décadas de 70 e 80 do século passado, marcou o início de um trabalho de conscientização da sociedade para um problema até então quardado 'a sete chaves', no interior de cada família. Naquela época, a situação da mulher no Brasil não era diferente da que se observava no resto do mundo, apenas foi mais tardio o início do movimento feminista. Entretanto, na década seguinte, esse movimento esteve vinculado também a lutas diversas, uma vez que o país encontrava-se no final de um período de ditadura e as mulheres uniram-se a segmentos da sociedade civil, em prol da anistia aos exilados políticos, na discussão da redemocratização. Contudo passou a existir um segmento que se ocupou com temas específicos das chamadas 'bandeiras feministas', como saúde, sexualidade, aborto e violência. Isso decorreu também porque esta última questão passou a ser exacerbada tendo em vista o assassinato de mulheres da alta sociedade por seus companheiros, gerando reportagens na imprensa radiofônica, escrita e televisiva*.

Com os meios de comunicação abrindo espaço para falar do tema da violência contra a mulher, sobretudo a doméstica, essas questões foram

ampliadas, elevando-se o número dos levantamentos estatísticos e surgindo a luta pela criação de órgãos de apoio e atendimento específico à mulher, dando ao problema a visibilidade que se salientou, existir atualmente⁽¹⁷⁾.

Ainda a argumentação de legítima defesa da honra, antes freqüente nos tribunais brasileiros e muito aceita, que parece dar ao homem o direito de castigar quem infringe uma norma que seria quase que exclusivamente dirigida à mulher, exigindo dela fidelidade, decoro e circunspeção, passa por críticas e revisão. A luta se expande e a problemática da violência contra a mulher no ambiente doméstico passa a ser mais conhecida, denunciada e avaliada.

À essa conscientização aliou-se um aumento significativo no grau de instrução das mulheres, pois, cada vez mais é maior o número das que buscam instrução crescendo o seu nível cultural. A partir daí os avanços foram ocorrendo em várias direções, sendo importante assinalar o da organização e mobilização das mulheres, que levou à criação de mecanismos para lutar contra a violência a ela dirigida, tendo como consegüência a DDM, auxiliada ainda pelas Casas Abrigo e Conselhos Estaduais. Essas Delegacias prestam mais um serviço, o de estruturar os arquivos, tornando possíveis pesquisas como esta. E, quanto mais conhecimento tiver da problemática da violência contra a mulher, mais poderá encontrar soluções e projetar a prevenção. Pode-se dizer é que as Delegacias de Defesa da Mulher tornaram-se um grande avanço, pois a partir de sua existência as mulheres sentiram-se seguras para efetuar uma denúncia. Contudo, se pode concluir que, a relação violenta parece ser multifacetada, tanto no que diz respeito aos motivos, quanto na participação para sua manutenção.

REFERÊNCIAS

1. Schraiber LBD, Oliveira AFLP. Violência contra mulheres: Interfaces com a saúde. Com Saúde, Educ 1999; 3(5).

^{*} A Rede Globo de televisão exibiu no final dos anos 80 o seriado 'Quem ama não mata', de grande impacto, que relatava a vida de uma família em que havia violência contra a mulher, que termina com o seu assassinato pelo marido. Este seriado veio como decorrência de fatos verídicos que atingiram a classe média alta da sociedade brasileira, por serem pessoas conhecidas, ricas e 'bem nascidas'. Trata-se do assassinato de Ângela Diniz, no Rio de Janeiro, por seu companheiro Doca Street, de Heloisa Ballesteros e Cristhel Arvid Johnston, respectivamente no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte.

- Biasoli-Alves ZMM. Aproximações teóricas e conceituais de Família e Violência no final século XX. Texto Contexto Enferm 1999; 8(2):65-75.
- 3. Biasoli-Alves ZMM. Relações familiares. Texto Contexto Enferm 1999; 8(2):229-41.
- 4. Biasoli-Alves ZMM. Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. Psicol: Teoria Pesq 2000; 16(3):233-9.
- 5. Duran MA. A dona de casa. Rio de Janeiro: Graal; 1983.
- Romanelli G. Papéis familiares e paternidade em famílias de camadas médias. XX Reunião anual da ANPOCS.1995
- Caldana RHL. Família: mulher e filhos três momentos numa revista católica brasileira [dissertação]. Ribeirão Preto (SP): Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo; 1991.
- 8. Violência. In: Ferreira ABH. Novo dicionário Aurélio; 2005. (CD-ROM).
- Conrado PM. A fala dos envolvidos sob a ótica da lei: Um balanço da violência a partir da narrativa de vítimas e indiciados em uma Delegacia da Mulher [tese]. São Paulo (SP): Universidade de São Paulo; 2001
- Saffioti HIB. Violência doméstica ou a lógica do galinheiro. Violência em debate. São Paulo: Moderna; 1997.
- Oliveira KNLC. Violência na Relação conjugal e denúncia da mulher em delegacia especializada: Investigação a partir do ponto de vista de cada parceiro [dissertação]. São Paulo (SP): Universidade de São Paulo; 2001.
- Oliveira KLC. Quem tiver a garganta maior vai engolir o outro. Sobre violências conjugais contemporâneas. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2004.
- 13. Saffioti HIB. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. São Paulo Perspec 1999. 13(4).
- 14. Azevedo MA. Mulheres espancadas: a violência denunciada. São Paulo: Cortez; 1985.
- Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Um retrato sob a violência contra a mulher. Fundação SEADE, Conselho Estadual da Condição Feminina; 1986.
- Gregori MF. Cena e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1992.
- 17. Sorg B, Monteiro P. SOS Mulher e a luta contra a violência In: Chauí M, Cardoso R, Paoli MC, organizadores. Perspectivas antropológicas da mulher. Rio de Janeiro: Zahar; 1985.